



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2014

Grupo Rendimento

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial



GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Cenário Econômico

A economia mundial cresceu em 2014, porém de forma bem desigual, algumas economias avançadas mostraram melhor crescimento e as emergentes dando sinais de desaceleração. Os EUA continuam a apresentar um bom desempenho e devem crescer 2,4% em 2015. A demanda doméstica, puxada pelo consumo se mostra resiliente e deverá ser sustentado pela forte queda de preços de energia. O mercado de trabalho mostrou melhora, a taxa de desemprego fechou o ano em 5,6% e o FED encerrou as suas compras mensais de ativos. A expectativa agora será quando o Banco Central americano começará o ciclo de aperto monetário. Essa atuação poderá ser adiada caso haja um contágio de um desaquecimento muito forte em algumas economias avançadas na economia americana ou se a inflação apresentar um maior declínio em consequência da queda de commodities.

Enquanto nos EUA é esperado o início do ciclo do aperto monetário, na Zona do Euro, China e Japão e adotam políticas monetárias mais expansionistas.

A Zona do Euro cresceu 0,90% em 2014 após uma retração da economia em 2013. Apresentou um crescimento com uma divergência regional muito significativa. A inflação persiste num patamar muito baixo, apesar dos estímulos monetários dados pelo Banco Central Europeu, tanto as famílias quanto o governo continuam muito endividados, restringindo a demanda na região. No campo político, com o fortalecimento de partidos mais radicais, em especial no caso da Grécia, aumentam as incertezas sobre o futuro da Zona do Euro.

Na China, o PIB cresceu 7,4% em 2014 e os dados de atividade mostram que a economia permanece desacelerando. Um crescimento acima de 7% para este ano será muito difícil e dependente dos estímulos do governo. A rápida desaceleração do setor imobiliário e os produtos de crédito vinculados ao setor são o maior risco para a economia chinesa.

No cenário doméstico, houve uma grande deterioração dos fundamentos macroeconômicos, principalmente nas contas externas, na condução da política fiscal e na confiança do empresariado e investidores. A economia em 2015 deverá ficar estagnada, com dados da produção industrial, vendas a varejo, consumo das famílias e investimentos aquém do esperado.

No setor externo, o saldo em conta corrente registrou déficit de US\$ 90,948 bi em 2014, atingindo 4,17% do PIB. A deterioração da conta corrente reflete a forte queda da balança comercial que apresentou deficitária em US\$ 3,93 bi contra um saldo positivo de US\$ 2,4 bi em 2013 e a conta de serviços fechou negativa em US\$ 48,667 bi sendo que o gasto de brasileiros no exterior foi de US\$ 25,6 bi e a receita de estrangeiros no Brasil foi de US\$ 6,9 bi.

Na parte fiscal, o que era para apresentar um superávit primário em 2014, encerrou o ano com um déficit de 0,63% do PIB e se acrescentar as despesas com juros da dívida, o déficit nominal bateu 6,7% do PIB. Diante deste cenário negativo, o governo se comprometeu para 2015 uma meta de superávit primário de 1,2% do PIB.





GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

Na política monetária, o Banco Central continuou o ciclo de aperto monetário e encerrou o ano com a taxa Selic em 11,75% a.a. A inflação terminou o ano em 6,4%. Para 2015, o IPCA deverá superar o teto da banda inflacionária e a nossa projeção é de fechar o ano em 7% pressionada pelos preços administrados, recomposição de alguns impostos e o impacto da desvalorização cambial. O BC deverá manter o aperto monetário e a taxa Selic deverá encerrar em 12,75% a.a.

Histórico

Fundado em 1992, o Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira em espécie para instituições financeiras e outros agentes autorizados a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil.

No segmento primário do mercado de câmbio mantém estrutura organizada para o atendimento de pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento da clientela, para os serviços de câmbio é diferenciado das demais instituições financeiras por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários em relação à complexa regulamentação cambial, do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

No crédito, o Banco Rendimento S/A concentra suas operações no segmento de Middle Market, que compreende empresas com faturamento anual da ordem de R\$40 a R\$500 milhões de reais e, em menor escala, explora operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos, o Banco Rendimento S/A ocupou posição relevante na área de serviços relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Além disso, atua como distribuidor de um dos cartões pré-pagos em moeda estrangeira mais tradicionais do mercado que é o Cartão VTM – Visa Travel Money, emitido pela instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda, integrante do Conglomerado Rendimento.

Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução nº 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no segundo semestre de 2014, revelando a regularidade no enquadramento do Conglomerado Rendimento nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.





GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

2014	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Julho	212.124	133.851	17,43%
Agosto	215.043	147.886	16,00%
Setembro	212.337	146.080	15,99%
Outubro	214.224	152.612	15,44%
Novembro	216.415	156.635	15,20%
Dezembro	219.611	136.766	17,66%
Média			16,29%

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Conglomerado Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Risco Operacional, Mercado, Liquidez, Crédito e procedimentos de Prevenção de Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria interna do Conglomerado Rendimento, ambas subordinadas ao Diretor Superintendente, as quais são segregadas das áreas comprometidas com resultados e daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de crédito, descasamento de prazos e de moedas em suas operações, falhas de processos, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantém conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN.

Esses instrumentos de gestão são essenciais para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, bem como para obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas. Periodicamente são realizadas reuniões, através de comitês específicos, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso





GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, conseqüentemente, de possíveis perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular nº 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

Risco de Mercado e Liquidez

O Conglomerado Rendimento atende as disposições das Resoluções nº 3.464/07 e nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar, pelo Patrimônio de Referência, o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão do Banco Rendimento S/A encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução nº 3.721, do CMN, sob a responsabilidade do departamento de Governança Corporativa que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.





GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito, adotada pelo Banco Rendimento S/A, tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito, do Banco Rendimento S/A, garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são adotadas através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações.

As operações de crédito, do Banco Rendimento, são destinadas, quase integralmente às pessoas jurídicas do Middle-Market nacional.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Conglomerado Rendimento mantém estrutura para avaliação e gerenciamento do capital regulamentar, necessário à cobertura de riscos inerentes aos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11, do CMN. São realizadas projeções do índice de Basileia, para períodos trienais, com a previsão de fontes para manutenção do nível de capital, em patamares confortáveis acima do mínimo exigido pelas autoridades reguladoras. Toda a estratégia da organização está registrada no Plano Trienal de Capital aprovado pela diretoria, o qual é submetido a processo anual de acompanhamento e revisão.

O Plano de Capital do Conglomerado Rendimento elaborado em 2013, foi revisado no primeiro semestre de 2014 e contempla o triênio 2014 e 2016, com projeções de receitas e despesas para o período, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. Há monitoramento contínuo a fim de se observar se o Patrimônio de Referência, em períodos futuros, será suficiente para suportar todos os riscos que possam envolver os negócios das Instituições Financeiras do Conglomerado, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Conglomerado Rendimento conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive as ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas claras, de prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo, aderentes às melhores práticas internacionais.





GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios do Banco Rendimento S/A são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração a proposta de negócio atípica.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento/compliance;
- Proteção de tráfego de informações.

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Organização.

Plano de Continuidade de Negócio

O Banco Rendimento e empresas do Conglomerado contam atualmente com estrutura para Plano de Continuidade de Negócios (PCN), devidamente aderentes as atividades administrativas e operacionais, composta por equipe e gerência preparadas para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para o conglomerado Rendimento como para os clientes.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução nº 3.849/10, do CMN. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.





GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, “Stakeholders” e com o público em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Audidores Independentes

O Banco Rendimento S/A em consonância com o teor da Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria





Condomínio São Luiz
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais).

Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Building a better
working world

- b) A Administração do Banco optou pela faculdade prevista no parágrafo 2º, do artigo 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Outros assuntos

O Banco Rendimento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 11 de março de 2015.

São Paulo, 30 de junho de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson Morelli', written over a faint blue circular stamp.

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

Ativo	Notas	2014
Circulante		<u>1.207.416.234,11</u>
Disponibilidades	5	<u>418.040.511,97</u>
Disponibilidades		418.040.511,97
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	<u>188.008.644,20</u>
Aplicações no mercado aberto		183.702.819,10
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.305.825,10
Títulos e valores mobiliários	7	<u>66.892.793,31</u>
Carteira própria		26.825.701,07
Vinculados operações compromissadas		9.505.229,61
Vinculados a prestação de garantias		30.561.862,63
Relações interfinanceiras		<u>925.902,51</u>
Créditos vinculados ao Bacen		917.061,58
Relações com correspondentes		8.840,93
Operações de crédito	9	<u>301.939.398,24</u>
Setor Privado:		<u>301.939.398,24</u>
Empréstimos e títulos descontados		289.017.917,55
Financiamentos		23.373.173,73
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(10.451.693,04)
Outros créditos		<u>211.475.809,68</u>
Créditos por avais e fianças honradas		2.272.663,90
Carteira de câmbio	10	126.344.465,65
Diversos	11	83.309.341,89
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(450.661,76)
Outros valores e bens		<u>20.133.174,20</u>
Outros valores e bens		18.325.819,75
Despesas antecipadas		1.807.354,45
Realizável a longo prazo		<u>193.868.375,68</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	<u>29.952.190,27</u>
Aplicações em moedas estrangeiras		29.952.190,27
Operações de crédito	9	<u>45.662.129,66</u>
Setor privado:		<u>45.662.129,66</u>
Empréstimos e títulos descontados		37.678.475,22
Financiamentos		10.353.565,33
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(2.369.910,89)
Outros créditos		<u>117.468.154,06</u>
Diversos	11	121.257.584,58
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(3.789.430,52)
Outros valores e bens		<u>785.901,69</u>
Outros valores e bens		32.604,40
Despesas antecipadas		753.297,29
Permanente		<u>26.459.825,65</u>
Investimentos		<u>71.964,50</u>
Títulos patrimoniais		1.648,99
Outros investimentos		70.315,51
Imobilizado de uso		<u>19.746.124,23</u>
Imóveis de uso		1.966.706,15
Outras imobilizações de uso		38.933.636,67
(Depreciações acumuladas)		(21.154.218,59)
Diferido		<u>167.284,53</u>
Gastos de organização e expansão		3.972.571,51
(Amortização acumulada)		(3.805.286,98)
Intangível		<u>6.474.452,39</u>
Ativos intangíveis - outros		11.687.699,14
(Amortização acumulada)		(5.213.246,75)
Total do ativo		<u>1.427.744.435,44</u>



BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

Passivo	Notas	dez/14
Circulante		802.305.862,26
Depósitos	12	256.853.353,81
Depósitos a vista		55.522.060,14
Depósitos interfinanceiros		6.104.916,23
Depósitos a prazo		141.011.971,97
Depósitos em moeda estrangeira		54.214.405,47
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	12.047.474,20
Recursos de aceites e emissão de títulos - LF		12.047.474,20
Relações interdependências		22.332.471,35
Recursos em trânsito de terceiros		22.332.471,35
Obrigações por empréstimos	13	3.919.439,04
Empréstimos no exterior		3.919.439,04
Obrigações por repasses - instituições oficiais	13	14.116.643,46
BNDES		7.316.030,55
Finame		6.800.612,91
Outras obrigações		493.036.480,40
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.873.122,24
Carteira de câmbio	10	126.201.287,55
Fiscais e previdenciárias	14a	33.516.796,02
Negociação e intermediação de valores		255.061,52
Diversas	14b	331.190.213,07
Exigível a longo prazo		394.945.110,22
Depósitos	12	288.548.363,67
Depósitos a Prazo		288.548.363,67
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	10.528.344,31
Recursos de aceites e emissão de títulos - LF		10.528.344,31
Obrigações por repasses - instituições oficiais	13	10.330.531,33
BNDES		1.695.978,89
Finame		8.634.552,44
Outras obrigações		85.537.870,91
Fiscais e previdenciárias	14a	77.422.020,18
Diversas	14b	8.115.850,73
Resultados de exercícios futuros		393.116,24
Resultados de exercícios futuros		393.116,24
Patrimônio líquido	17	230.100.346,73
Capital		179.423.232,24
De domiciliados no país		179.423.232,24
Reserva de capital		230.894,98
Reserva de lucros		50.362.972,38
Participações de não controladores		83.247,13
Total do passivo		1.427.744.435,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMOSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(valores expressos em reais).

		2º Semestre 2014	Exercício 2014
Receitas da intermediação financeira		273.633.917,97	412.185.885,90
Operações de crédito		42.022.120,31	73.026.630,85
Resultado de títulos e valores mobiliários		34.000.839,23	40.129.401,49
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1.585.738,71)	(2.103.898,61)
Resultado de operações de câmbio		199.196.697,14	301.133.752,17
Despesas da intermediação financeira		(64.083.593,15)	(85.321.306,82)
Captações no mercado	18	(53.409.525,31)	(63.755.149,87)
Empréstimos, cessões e repasses		(2.570.415,29)	(3.756.822,43)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.103.652,55)	(17.809.334,52)
Resultado bruto da intermediação financeira		209.550.324,82	326.864.579,08
Outras receitas/despesas operacionais		(163.390.476,40)	(251.379.796,33)
Receitas de prestação de serviços	19	28.559.875,93	62.499.883,78
Despesas de pessoal		(64.683.584,25)	(123.650.861,10)
Outras despesas administrativas	20	(78.748.741,69)	(156.975.646,91)
Despesas tributárias		(12.949.975,78)	(25.719.391,18)
Outras receitas operacionais	21	11.043.516,70	25.455.495,46
Outras despesas operacionais	21	(46.611.567,31)	(32.989.276,38)
Resultado operacional		46.159.848,42	75.484.782,75
Resultado não operacional		(1.149.686,72)	(2.967.485,88)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		45.010.161,70	72.517.296,87
Imposto de renda e contribuição social		(13.936.049,77)	(21.093.791,66)
Imposto de renda	15a	(6.686.487,96)	(16.714.253,32)
Contribuição social	15a	(4.104.339,41)	(9.916.920,82)
Ativo fiscal diferido	15a	(3.145.222,40)	5.537.382,48
Participações estatutárias no lucro		(4.295.777,59)	(5.582.087,15)
Lucro líquido do semestre/exercício		26.778.334,34	45.841.418,06
Lucro líquido por ação		7,52	12,87
Atribuível aos:			
Controladores		26.779.450,13	45.849.832,14
Não controladores		(1.115,79)	(8.414,08)
Total		26.778.334,34	45.841.418,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(valores expressos em reais).

	Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de não controladores	Total
			Legal	Outras				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	111.244.292,24	230.894,98	9.757.958,43	87.394.121,81	-	208.627.267,46	91.661,21	208.718.928,67
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.849.832,14	45.849.832,14	(8.414,08)	45.841.418,06
Aumento de capital	68.178.940,00	-	(7.077.708,49)	(61.101.231,51)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.449.094,53	-	(1.449.094,53)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	32.440.737,61	(32.440.737,61)	-	-	-
Distribuição de dividendos (nota 17b)	-	-	-	(12.500.000,00)	(2.000.000,00)	(14.500.000,00)	-	(14.500.000,00)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.960.000,00)	(9.960.000,00)	-	(9.960.000,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	179.423.232,24	230.894,98	4.129.344,47	46.233.627,91	-	230.017.099,60	83.247,13	230.100.346,73
Saldos em 30 de junho de 2014	111.244.292,24	230.894,98	9.879.260,53	83.894.121,81	12.049.079,91	217.297.649,47	84.362,92	217.382.012,39
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	26.779.450,13	26.779.450,13	(1.115,79)	26.778.334,34
Aumento de capital	68.178.940,00	-	(7.077.708,49)	(61.101.231,51)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.327.792,43	-	(1.327.792,43)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	30.440.737,61	(30.440.737,61)	-	-	-
Distribuição de dividendos (nota 17b)	-	-	-	(7.000.000,00)	(2.000.000,00)	(9.000.000,00)	-	(9.000.000,00)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.060.000,00)	(5.060.000,00)	-	(5.060.000,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	179.423.232,24	230.894,98	4.129.344,47	46.233.627,91	-	230.017.099,60	83.247,13	230.100.346,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(valores expressos em reais)

	2º Semestre	Exercício
	2014	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido Ajustado do Período	38.859.561,42	62.735.112,78
Lucro Líquido do Período	26.778.334,34	45.841.418,06
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	12.081.227,08	16.893.694,72
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	99.980,25	(701.547,51)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.103.652,55	17.809.287,66
Depreciações e amortizações	3.158.663,86	6.028.072,56
Impostos diferidos	3.145.222,40	(5.537.382,48)
Reversão de provisões operacionais	(3.310.714,64)	(3.310.714,64)
Outras provisões/reversões operacionais	884.422,66	2.605.979,13
Varição de ativos e passivos	67.807.107,60	(28.705.104,19)
(Aumento) /redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	24.877.004,49	(16.086.687,66)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.133.073,18)	(455.844,49)
Redução em relações interfinanceiras - ativo	15.429.745,40	3.870.523,84
(Aumento)/redução em operações de crédito	(23.494.619,46)	54.698.313,98
Redução/(aumento) em outros créditos	82.936.593,38	(4.975.937,37)
(Aumento) em outros valores e bens	(2.730.192,09)	(16.147.766,96)
Aumento em depósitos	98.543.341,71	145.159.443,13
(Redução) em captações no mercado aberto	(4.999.695,33)	0,00
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	11.230.714,38	11.825.331,29
(Redução) em relações interfinanceiras - passivo	(518.702,62)	(2.066,61)
(Redução) em relações interdependências	(12.006.172,93)	(1.444.403,62)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(29.530.572,87)	(54.055.375,73)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	0,00	(930.326,16)
(Redução) em outras obrigações	(89.791.338,96)	(149.983.828,31)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(5.924,32)	(176.479,52)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	106.666.669,02	34.030.008,59
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos		
Alienação de investimentos	148,38	148,38
Redução de diferido e intangível	-	365.672,60
Aquisição de Imobilizado de uso	(1.117.852,13)	(3.855.476,55)
Aplicações no Intangível	(1.832.137,09)	(2.963.039,60)
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(2.949.840,84)	(6.452.695,17)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(5.060.000,00)	(9.960.000,00)
Pagamento de dividendos	(9.000.000,00)	(14.500.000,00)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(14.060.000,00)	(24.460.000,00)
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	89.656.828,18	3.117.313,42
Demonstração da variação de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	512.086.502,89	598.626.017,65
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	601.743.331,07	601.743.331,07
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	89.656.828,18	3.117.313,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

1. Contexto operacional

O Conglomerado Rendimento (“Grupo”) ou (“Grupo Rendimento”) fundado em 1992, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio; crédito ao mercado de “middle Market” e cartões de débito pré-pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

A Administração do Grupo Rendimento optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e, portanto, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações correspondentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Rendimento Holding Ltda.	Holding de instituição financeira	Brasil	Banco Rendimento S/A	100%
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Banco Brasileiro de Negócios S/A	100%
		Brasil	Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresa	Ativos Totais	Receita - MEP	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Rendimento Holding Ltda.	191.870.201,19	14.466.254,61	191.616.001,19	22.481.927,54
Banco Rendimento S/A	1.403.501.386,38	2.616.088,78	191.812.762,94	23.366.254,61
Banco Brasileiro de Negócios S/A	42.415.529,62		41.094.832,17	2.037.781,69
Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	19.511.793,16	(47.679,78)	17.120.793,82	578.307,11
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	565.132,90		554.980,84	(56.093,87)
Cotação DTVM S/A	97.017.840,87	79.243,66	30.707.441,45	15.930.806,00
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	2.096.215,28		852.765,34	79.243,66
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	41.386.742,07		7.693.656,94	7.437.098,58

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do BACEN e regulamentações posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos, compostas pelas operações a termo, opções, futuros e de “swap”, são contabilizadas com os seguintes critérios:

Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço;

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas;

Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro-rata” - dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (“hedge”) à exposição global de riscos e que não se caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela Circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” em conta de receita e despesa, no resultado do período; e
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” são classificados como “hedge” de risco de mercado e “hedge” de fluxo de caixa.

O “hedge” de risco de mercado é destinado a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita e despesa, no resultado do período. O “hedge” de fluxo de caixa é destinado a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a parcela efetiva de sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “hedge” também são ajustados ao valor de mercado na data do balanço.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Operações de crédito, Câmbio e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado, diferido e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN), serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

k) Crédito Tributário

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Lucro (prejuízo) por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras, considerando o valor por lote de mil ações do capital.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

4. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2014
Disponibilidades (Nota 5)	418.040.511,97
Aplicações em operações compromissadas	183.702.819,10
Total	601.743.331,07

5. Disponibilidades

Descrição	2014
Caixa	16.537.383,05
Depósitos em moeda nacional	2.443.525,93
Reserva Livre	7.802.957,49
Disponibilidades em moedas estrangeiras	391.256.645,50
Total	418.040.511,97

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante

a) Aplicações em operações compromissadas

Aplicações no mercado aberto:	2014
Posição bancada:	183.702.819,10
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	110.503.122,17
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	73.199.696,93
Total das aplicações no mercado aberto	183.702.819,10

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira

Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	2014
Não ligada	3.295.159,35
Não ligada - Crédito rural	1.010.665,75
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	4.305.825,10

Total do circulante 188.008.644,20

Realizável a longo prazo

Aplicações em moeda estrangeira	2014
Aplicações em moeda estrangeira	29.952.190,27
Total de aplicação em moeda estrangeira	29.952.190,27

Total realizável a longo prazo 29.952.190,27

Total de aplicações interfinanceiras de liquidez 217.960.834,47





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2014	
	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação		
Carteira própria - Livres	27.316.776,04	26.825.701,07
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	25.273.196,04	25.305.876,09
Certificado de depósitos bancários	1.736,98	1.736,98
Ações de companhias abertas	2.043.580,00	1.518.088,00
Vinculados a operações compromissadas	9.492.954,54	9.505.229,61
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.492.954,54	9.505.229,61
Vinculados a prestação de garantias	30.522.394,98	30.561.862,63
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.755.245,90	26.789.842,35
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	3.767.149,08	3.772.020,28
Total de títulos para negociação	67.332.125,56	66.892.793,31

(i) Valor de custo

Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores. As aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Composição por vencimento

	2014				
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	61.600.948,05	-	-	61.600.948,05
Certificado de depósitos bancários	1.736,98	-	-	-	1.736,98
Ações de companhias abertas (i)	1.518.088,00	-	-	-	1.518.088,00
Aplicações em moeda estrangeira	-	3.772.020,28	-	-	3.772.020,28
Total	1.519.824,98	65.372.968,33	-	-	66.892.793,31

(i) Ações recebidas, de dação em pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

8. Instrumentos financeiros e derivativos

a) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“*hedge*”) contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “*hedge*” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de “*hedge*” é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do “*hedge*”. Os instrumentos de “*hedge*” podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela Administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de “*hedge*”, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “*hedge*”. A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

b) Controles de gerenciamento de riscos

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de “*hedge*”. Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão “*intraday*”. Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Grupo Rendimento S/A, e providencia os instrumentos de “*hedge*” necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado.

c) Composição analítica das operações

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (Bacen), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas. Essas operações são custodiadas pela BM&FBOVESPA. Em 31 de dezembro de 2014 a composição é como segue, em valores nominais dos contratos.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

8. Instrumentos financeiros e derivativos -- Continuação

c) Composição analítica das operações

	2014
Contratos de futuros (i)	
Posição comprada	
Dólar	18.008.878,50
EUR	27.773.129,50
Outras Moedas	1.841.323,84
Total posição comprada	47.623.331,84
Posição vendida	
DI	31.787.173,60
Dólar	27.405.859,80
Outras Moedas	2.163.137,85
Total posição vendida	61.356.171,25

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 255.061,52, encontram-se registrados na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Estas operações foram custodiadas pela BM&F BOVESPA.

d) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2014
Vinculados a prestação de garantias	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.789.842,35
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	3.772.020,28
Total	30.561.862,63

9. Operações de crédito

a) Composição da carteira por produto

	2014
Operações de crédito	
Conta corrente garantida	110.740.015,18
Capital de giro	165.693.001,14
FINAME	24.619.136,91
Títulos descontados	27.106.153,02
Financiamento em moeda estrangeira	4.744.337,52
Cheque especial	3.188.113,83
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	4.363.264,63
Cédula de crédito de exportação	3.028.314,64
Confissão de dívida	5.148.253,20
Pessoa Física	6.985.236,98
Recuperação Judicial	906.215,45
Adiantamento a depositantes	3.901.281,78
Total de operações de crédito	360.423.324,28
Outros créditos	
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	7.836.386,87
Avais e fianças	2.272.663,90
Rendas a receber (Nota 10)	1.007.910,61
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (Nota 11)	29.026.223,95
Total de outros créditos	40.143.185,33
Total das operações de crédito	400.566.509,61
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.821.603,93)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.240.092,28)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.061.696,21)





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

9. Operações de crédito -- Continuação

b) Composição da carteira por ramo de atividade

	2014
Setor privado:	
Indústria	57.318.302,34
Comércio	31.614.868,31
Outros serviços	289.696.100,01
Intermediação financeira	1.765.400,55
Pessoas físicas	20.171.838,40
Total da carteira por ramo de atividade	400.566.509,61

c) Composição da carteira por vencimento

	2014
Vencidas:	
A partir de 15 dias	12.297.662,99
A vencer:	
até 90 dias	161.830.713,84
de 90 a 360 dias	146.683.692,02
acima de 360 dias	79.754.440,76
Total da carteira por vencimento	400.566.509,61

d) Concentração da carteira

	2014	
	Valor	%
10 maiores devedores	118.717.982,22	29,64%
50 seguintes maiores devedores	180.731.000,89	45,12%
100 seguintes maiores devedores	84.274.015,96	21,04%
Seguintes maiores devedores	16.843.510,54	4,20%
Total da carteira	400.566.509,61	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014				
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	304.675.396,63	-	304.675.396,63	1.523.294,54
B	1	49.976.214,99	421.224,69	50.397.439,68	503.945,56
C	3	19.529.235,00	2.448.788,86	21.978.023,86	659.332,28
D	10	1.781.358,90	1.023.814,98	2.805.173,88	280.516,49
E	30	2.491.594,46	1.972.358,10	4.463.952,56	1.339.185,05
F	50	4.634.809,97	219.368,42	4.854.178,39	2.427.088,77
G	70	1.434.182,19	2.112.518,90	3.546.701,09	2.482.690,00
H	100	3.746.054,48	4.099.589,04	7.845.643,52	7.845.643,52
Total		388.268.845,62	12.297.662,99	400.566.509,61	17.061.696,21

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014
Saldo Inicial	22.648.066,56
Constituição	30.758.045,35
Reversão	(12.948.757,69)
Baixas de créditos contra prejuízo	(23.395.658,01)
Saldo Final	17.061.696,21





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

10. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de câmbio do Grupo está formada como segue:

	2014
Ativo	
Câmbio comprado a liquidar	17.151.356,90
Direitos sobre venda de câmbio	117.262.595,60
(-) Adiantamentos em moeda nacionais recebidas	(9.077.397,46)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	1.007.910,61
Total do ativo	126.344.465,65
Passivo	
Câmbio vendido a liquidar	114.535.785,10
Obrigações por compra de câmbio	15.854.534,91
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 9)	(7.836.386,87)
Obrigações por vendas realizadas	3.647.354,41
Total do passivo	126.201.287,55

11. Outros créditos – Diversos

	2014
Dependência no país (i)	14.160.519,66
Devedores por depósito em garantia (nota 23b)	77.389.572,56
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito	29.026.223,95
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (ii)	16.637.729,23
Crédito tributário (nota 15b)	44.568.220,06
Imposto de renda a compensar	21.495.511,46
Outros	1.289.149,55
Total	204.566.926,47
Curto prazo	83.309.341,89
Longo prazo	121.257.584,58

(i) Refere-se aos produtos Confirme e Pagadoria.

(ii) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.

12. Depósitos

a) Composição da carteira

	2014
Depósitos a vista	
Pessoa jurídica	52.126.532,43
Pessoa física	3.395.527,71
	55.522.060,14
Depósitos a prazo	
Pessoa jurídica	290.605.297,40
Pessoa física	137.007.075,06
Investidores financeiros	1.947.963,18
	429.560.335,64
Depósitos em moeda estrangeira e interfinanceiros	
Depósitos em moeda estrangeira	54.214.405,47
Depósitos interfinanceiros	6.104.916,23
	60.319.321,70
Total de depósitos	545.401.717,48
Curto prazo	256.853.353,81
Longo prazo	288.548.363,67





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

12. Depósitos -- Continuação

b) Composição da carteira por vencimento

	Sem vencimento	Até 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósito a vista	55.522.060,14	-	-	-	55.522.060,14
Depósito a prazo	-	62.553.174,84	78.458.797,13	288.548.363,67	429.560.335,64
Depósito em moeda estrangeira	54.214.405,47	-	-	-	54.214.405,47
Depósitos interfinanceiros	-	6.104.916,23	-	-	6.104.916,23
Total dos depósitos	109.736.465,61	68.658.091,07	78.458.797,13	288.548.363,67	545.401.717,48

c) Concentração da carteira de depósito a prazo

	2014
10 Maiores depositantes	167.111.770,03
50 seguintes depositantes	192.878.317,54
100 seguintes depositantes	97.949.439,62
Demais depositantes	87.462.190,29
Total	545.401.717,48

13. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

	2014			
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior (i)	3.919.439,04	-	-	3.919.439,04
Obrigações por repasses				
Repasses do país - Instituições Oficiais	3.797.572,74	10.319.070,72	10.330.531,33	24.447.174,79
Recursos de aceites e emissão de títulos				
Letras financeiras	12.047.474,20	-	10.528.344,31	22.575.818,51
Total	19.764.485,98	10.319.070,72	20.858.875,64	50.942.432,34

(i) *Constituída por linha de crédito do Banco Rendimento S/A junto a banqueiros no exterior, renovável mensalmente, com remuneração da taxa "libor" acrescida de cupom de 1% a.a.*

14. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2014
Circulante	
Impostos e contribuições a recolher	6.885.621,88
Impostos e contribuições sobre os lucros	26.631.174,14
Total do circulante	33.516.796,02
Exigível a longo prazo	
Provisão para riscos fiscais (nota 23b)	77.422.020,18
Total do exigível a longo prazo	77.422.020,18
Total	110.938.816,20





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

14. Outras obrigações

b) Diversas

	2014
Circulante	
Obrigações por prestação de serviços	12.627.354,87
Provisão para pagamentos a efetuar	32.506.811,82
Credores diversos no exterior (i)	271.192.364,33
Credores diversos no país	14.863.682,05
Total do circulante	331.190.213,07
Exigível a longo prazo	
Provisão para passivos contingentes (nota 23b)	5.874.949,25
Provisão outras (nota 23b)	1.594.682,75
Provisão para fiança (nota 22)	646.218,73
Total do exigível a longo prazo	8.115.850,73
Total	339.306.063,80

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Traveller Money).

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas e das provisões do imposto de renda e da contribuição social.

	2014	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	72.517.296,87	72.517.296,87
Adições:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.809.287,66	17.809.287,66
Provisão para riscos fiscais	12.977.476,44	12.977.476,44
Provisão para outras contingências	1.594.682,75	1.594.682,75
Patrocínio e doações indedutíveis	1.294.927,27	1.294.927,27
Remuneração variável de dirigentes	1.286.562,32	-
Provisão para contingências trabalhistas	464.647,09	464.647,09
Provisão para contingências cíveis	415.426,09	415.426,09
Complemento de IRPJ de exercícios anteriores	429.418,58	429.418,58
Complemento de CSLL de exercícios anteriores	263.986,83	263.986,83
Ágio em aquisição de investimentos	276.926,80	276.926,80
Despesas com brindes	234.460,36	234.460,36
Perdas de capital indedutíveis	141.542,70	141.542,70
Multas indedutíveis	3.786,40	3.786,40
Outras	210.369,15	433.122,90
Total das adições	37.403.500,44	36.339.691,87
Exclusões:		
Participação nos Lucros (empregados)	5.582.087,15	5.582.087,15
Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM	996.053,29	996.053,29
Perdas em operações de crédito - Lei 9.430/96	18.489.581,79	18.489.581,79
Reversão de provisão para perdas de avais e fianças	1.131.105,60	1.131.105,60
Reversão de provisões diversas a pagar	2.737.295,01	2.737.295,01
Reversão de remuneração variável de dirigentes	-	92.609,40
Outras	53.166,39	53.166,39
Total das exclusões	28.989.289,23	29.081.898,63
Base do imposto de renda e contribuição social	70.971.508,08	69.815.090,11
IRPJ / CSLL	17.849.405,98	9.916.920,82
Dedução de incentivos fiscais	1.135.152,67	
Imposto de renda e contribuição social	16.714.253,31	9.916.920,82
Ativo fiscal diferido	3.511.192,94	2.026.189,54
Total de imposto de renda e contribuição social	13.203.060,37	7.890.731,28





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

15. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

Descrição	Saldo			
	31/12/2013	Constituição	Realização	31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.385.108,37	7.123.715,01	7.383.199,31	10.125.624,07
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	25.006.637,99	5.941.023,05	1.315.736,80	29.631.924,24
Provisão para riscos fiscais ISS	829.837,63	50.431,70	-	880.269,33
Ágio em aquisição de investimentos	517.451,16	-	-	517.451,16
Provisão para contingências cíveis	731.955,09	433.326,72	279.929,94	885.351,87
Provisão para contingências trabalhistas	705.183,89	690.513,97	500.172,15	895.525,71
Provisão para perdas de avais e fianças	710.929,73	470.393,71	922.835,95	258.487,49
Ajuste ao valor de mercado de ações	-	210.196,80	-	210.196,80
Remuneração variável de dirigentes	132.992,91	44.532,77	58.424,18	119.101,50
Provisão para outras contingências	10.740,80	1.219.930,69	186.383,60	1.044.287,89
Total	39.030.837,57	16.184.064,42	10.646.681,93	44.568.220,06

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.448.243,09	2.192.507,03	741.616,52	481.240,56	5.262.016,87	10.125.624,07
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS					29.631.924,24	29.631.924,24
Provisão para riscos fiscais ISS					880.269,33	880.269,33
Ágio em aquisição de investimentos					517.451,16	517.451,16
Provisão para contingências cíveis					885.351,87	885.351,87
Provisão para contingências trabalhistas					895.525,71	895.525,71
Provisão para perdas de avais e fianças					258.487,49	258.487,49
Ajuste ao valor de mercado de ações					210.196,80	210.196,80
Remuneração variável de dirigentes					119.101,50	119.101,50
Provisão para outras contingências					1.044.287,89	1.044.287,89
Total	1.448.243,09	2.192.507,03	741.616,52	481.240,56	39.704.612,86	44.568.220,06
Valor presente	1.287.327,19	1.964.436,01	669.570,71	435.827,35	36.150.972,28	44.017.995,12

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 44.017.995,12, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

16. Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2014
Remuneração fixa no exercício	6.523.685,00
Remuneração variável no exercício	1.379.171,72
Encargos sociais	(1.738.628,48)
Total	6.164.228,24

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 179.423.232,24, é constituído por ações e cotas das seguintes Empresas:

Empresa	Capital Social	Ações		Cotas	Total
		ON	PN		
Rendimento Holding Ltda.	164.882.564,00	176.000	176.000	-	352.000
Cotação DTVM S/A	12.500.668,24	584.960	584.960	-	1.169.920
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	2.040.000,00	-	-	2.040.000	2.040.000

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia geral de acionistas e cotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias gerais extraordinárias, realizadas no ano de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 14.500.000,00, conforme quadro abaixo:

<u>Data da AGE</u>	<u>14.500.000,00</u>
30/01/2014	1.000.000,00
26/02/2014	1.000.000,00
31/03/2014	1.000.000,00
30/04/2014	1.000.000,00
26/05/2014	1.500.000,00
25/07/2014	1.000.000,00
20/08/2014	3.000.000,00
16/09/2014	3.000.000,00





15/12/2014

2.000.000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

17. Patrimônio líquido

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio -- Continuação

O Grupo deliberou no exercício de 2014, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 9.960.000,00, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de Juros sobre o Capital Próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 3.984.000,00.

<u>Data da AGE</u>	<u>9.960.000,00</u>
18/06/2014	500.000,00
30/06/2014	4.400.000,00
16/09/2014	5.060.000,00

c) Lucros acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro 2014, o Grupo Rendimento apurou um lucro contábil de R\$ 45.841.418,06. Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devessem ser destinados com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.

d) Reserva legal

Reserva de lucros

Legal: O Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembléia Geral Ordinária).

18. Despesas de captação no mercado

	<u>2014</u>
Depósitos interfinanceiros	6.214.779,15
Depósitos a prazo	53.735.534,04
Operações compromissadas	1.293.295,71
Letras financeiras	1.825.331,29
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	686.209,68
Total	63.755.149,87

19. Receitas de prestação de serviços

	<u>2014</u>
Rendas de tarifas bancárias	2.136.153,30
Rendas de outros serviços	58.460.711,08
Rendas de garantias prestadas	1.903.019,40
Total	62.499.883,78





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

20. Outras despesas administrativas

	2014
Despesas de serviços sistema financeiro	40.907.898,68
Despesas de serviços de terceiros	34.702.906,15
Despesas de aluguéis	19.526.121,51
Despesas de processamento de dados	16.515.859,74
Despesas de serviços técnicos especializado	6.307.607,82
Despesas de comunicações	4.696.594,92
Despesas de promoções e relações públicas	3.068.036,62
Despesas de depreciação	4.037.008,66
Despesas de transportes	2.742.774,89
Despesas manutenção e conservação de bens	2.494.323,87
Despesas de serviços de vigilância e segurança	2.666.299,95
Despesas de amortização	1.991.063,90
Despesas de material	1.090.521,03
Despesas de água, energia e gás	957.351,85
Despesas de propaganda e publicidade	986.983,93
Contribuições filantrópicas	1.292.254,00
Despesas de seguros	784.949,72
Despesas de viagens	731.784,05
Despesas de publicações	556.070,00
Outras despesas administrativas	10.919.235,62
Total	156.975.646,91

21. Outras receitas e despesas operacionais

	2014
Outras receitas operacionais	
Receita de arbitragem	7.217.433,57
Reversões provisões tributos	4.382.888,88
Verba de marketing	4.307.158,46
Avais e fianças	2.284.148,59
Receita aquisição de crédito	2.147.316,89
Variações monetárias – câmbio	2.035.123,12
Receita diversas	1.335.724,86
Recuperação de encargos e despesas	690.959,18
Reversão bônus diretoria	349.213,53
Descontos obtidos	142.692,55
Variações monetárias - outras	17.612,64
Outras	545.223,19
Total	25.455.495,46

Outras despesas operacionais	
Variações monetárias – câmbio	21.986.921,61
Descontos concedidos	4.454.827,91
Despesas com perdas de cartões	1.511.156,45
Provisões para perdas de avais e fianças	1.153.042,99
Impostos - exercícios anteriores	693.405,41
Verba de marketing	623.288,93
Juros e multas sobre impostos	543.694,47
Ágio na aquisição de investida	276.926,80
Bônus diretoria	256.604,13
Provisão saldo negativo cartões	232.714,56
Despesas diversas cartões	169.176,60
Despesas de saque	129.633,53
Despesas comissão de fianças	129.246,07
Provisão riscos fiscais - ISS	126.079,25
Outras	702.557,67
Total	32.989.276,38





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

22. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2014, correspondiam a R\$ 100.775.535,24, com provisão para perdas no montante de R\$ 646.218,73.

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 74.080.317,70;

- Contestação quanto as receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.200.673,33.

- Contestação da atuação de IRPJ e CSLL pela glosa da dedutibilidade de despesas com assessoria. O montante provisionado é de R\$ 1.141.029,15

- Provisões de tributos federais a recolher inclusos no REFIS IV no montante de R\$ 1.170.004,34

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	2014				
Provisão para Contingências	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo no início	66.132.218,09	1.775.847,94	951.189,05	2.848.252,99	71.707.508,07
Constituições	16.407.785,61	1.784.995,29	924.828,69	3.003.381,58	22.120.483,84
Realizações/Reversões	(3.947.979,18)	(1.309.140,74)	(502.402,40)	(2.592.970,82)	(8.352.493,14)
Saldo no final	78.592.024,52	2.251.702,49	1.373.615,34	3.258.663,75	85.475.498,77





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

**23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias –
Continuação**

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais –
Continuação

Depósitos Judiciais	2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo no início	60.722.463,27	504.190,88	61.226.654,15
Constituições	15.200.446,86	1.646.560,86	16.847.007,72
Realizações/Reversões	(10.727,66)	(689.249,86)	(699.977,52)
Saldo no final	75.912.182,47	1.461.501,88	77.373.684,35

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2014, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 processos de natureza cível e trabalhista, que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 18.935,58 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

24. Limites operacionais

O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência - PR	219.610.790,26
Risco de crédito – RWA _{CPAD}	88.218.039,45
Risco de exposição cambial – RWA _{CAM}	3.078.000,00
Risco de taxas de juros – RWA _{JUR1}	24.023,09
Risco de cupom de moedas – RWA _{JUR2}	677.555,29
Risco operacional – RWA _{OPAD}	44.768.332,79
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	136.765.950,62
Risco parcela Banking – R _{BAN}	2.241.322,47
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	80.603.517,17

O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2014, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 17,66% para o Conglomerado Financeiro e Prudencial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

25. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos visa obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas e é considerada essencial na otimização do uso do capital e eficiente instrumento quando da seleção das melhores oportunidades de negócios. A gestão é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, os quais deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos.

As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada.

A estrutura de gestão de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, responsável, também, pelas atribuições da Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo.

I - Risco de Mercado

É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada responsável pela execução das atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) – Esse modelo de análise de risco visa quantificar a exposição, utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

De acordo com modelo de administração dos riscos adotado, os limites e a exposição aos riscos de mercado, no Conglomerado Financeiro, são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência.

Testes de Estresse – Os testes de estresse são realizados diariamente, tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F. São utilizados cinco cenários, sendo dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 4 e baixa -4 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, na Circular nº 3.354/07, do BACEN e no Novo Acordo de





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

25. Gestão de riscos -- Continuação

Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia, é constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios do Conglomerado Financeiro.

II - Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a política definida pelo Conglomerado Rendimento e tem como objetivos deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprovar medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito encontra-se em conformidade com a Resolução 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional e está alinhado à estrutura de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

III - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais).

25. Gestão de riscos --Continuação

III - Risco Operacional -- Continuação

Com base em legislação do BACEN as instituições financeiras são obrigadas a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

IV - Risco de Liquidez

O controle da liquidez é um instrumento de extrema importância, na instituição, tendo em vista a necessidade do acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descasamento entre ativos e passivos. Dessa forma e em cumprimento à Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Rendimento S/A estabeleceu políticas que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez e também no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro e permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Comitê de Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação, visando eventuais correções para níveis considerados adequados e suficientes quanto a mitigação de riscos que possam atingir a reputação do Conglomerado.

V - Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Conglomerado Rendimento possui estrutura de gerenciamento de capital, em conformidade com as orientações constantes da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento e controle do capital, mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita, e planejamento de metas.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, o Banco Rendimento passou a calcular índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro trimestre de 2014 foi realizada a revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2013, tendo como premissas de análise a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência – PR do Conglomerado para o triênio 2014 a 2016.

